

**GT 3. Classes sociais e transformações no mundo do trabalho**

Sindicatos e cordões industriais: a constituição de novas relações sociais na construção do socialismo chileno (1972-1973)

Márcia Carolina de Oliveira Cury*

Para compreendermos as tensas relações estabelecidas entre as organizações de base, a CUT e o governo durante o governo da Unidade Popular (UP) é preciso entender algumas características essenciais do movimento operário chileno. Apesar de estatísticas impressionantes que apontam para um grande número de trabalhadores sindicalizados, nota-se uma importante fragilidade do movimento sindical nacional dentro de um sistema complexo de relações trabalhistas com regulação estatal.¹ Era proibido organizar sindicatos em fábricas com menos de 25 trabalhadores, o envolvimento em negociações coletivas do setor ou a convocação de greves solidárias. Além disso, o Código trabalhista estabeleceu a distinção legal entre os trabalhadores, entre operários e empregados, institucionalizando a sua divisão através da diferenciação entre o ofício “manual” e o “intelectual”, a diferença salarial e a discriminação social, ocasionando,

* Doutoranda em Ciência Política/ Unicamp – Bolsista Fapesp. End. eletrônico: curybr@yahoo.com.br

¹ Da força de trabalho existente em 1970, 723 mil eram empregados, e 1.388.000 eram operários. Em 1972, 743.332 destes trabalhadores estavam organizados em 5.814 sindicatos, a maioria afiliados à CUT; 47% deles vinculados à indústria ou à mineração, e 23% rurais (SILVA, 1998, p.1870).

seguramente o conflito ou a dificuldade para estabelecer uma unidade de ação.

A formação de Federações entre os Sindicatos Industriais estava restrita a fins educativos e assistencialistas, e não para a luta por direitos econômicos e sociais dos trabalhadores. Esta legislação gerou a dispersão do movimento operário sindical e a proliferação de pequenos núcleos organizacionais, além de cristalizar a orientação de colaboração entre capital e trabalho, na medida em que impedia a realização de atividades que quebrassem a disciplina e a ordem no trabalho (BARRERA, 1971, p.8). A forte regulação exercida pelo Estado sobre os sindicatos se dava na participação nas reuniões sindicais, na revisão de documentação e no exercício do controle financeiro sobre as organizações.

Com esta estrutura implementada no movimento os trabalhadores das pequenas e médias empresas ficaram à margem da organização sindical e, portanto, sofrendo maiores dificuldades na defesa das suas reivindicações frente aos patrões. Ao sistema interno de divisão do poder se somava a sua estrutura altamente hierarquizada, dividida em organismos locais, dentro das fábricas, em níveis intermediários, por comunas, as quais eram reconhecidas por Federações e Associações; todas ligadas, por fim, ao Conselho Nacional da CUT. Evidentemente, era um sistema que lhe garantia representação em nível nacional e importante influência no nível político.

Além desta limitação imposta ao movimento sindical para o seu alcance entre os trabalhadores das pequenas e médias empresas, é importante destacar o impacto que teve neste processo o caráter estrutural e burocrático da CUT, pautado em instâncias articuladas em diferentes níveis, mas com o processo deliberativo centrado essencialmente no nível superior, despojando do poder os grupos de níveis locais. Como afirma Gaudichaud (2003), com uma organização vertical e burocrática, a CUT exercia mais uma autoridade moral, conferida por seu prestígio. Esta estrutura acarretou um distanciamento do “órgão máximo de representação dos trabalhadores”, como era referido, dos problemas cotidianos dos seus representados, bem como na formação de gestores voltados para assuntos institucionais e governamentais.

O Código Trabalhista de 1931 outorgava ao Estado a autoridade para regular as relações de trabalho e para assegurar a democracia sindical, colocando o Estado como árbitro neutro dos conflitos entre trabalhadores e patrões.² Este poder do Estado, no entanto, foi exercido por funcionários e

² As leis sociais de 1924 e o Código Trabalhista de 1931 transformaram o Estado em árbitro das relações trabalhistas e em vigilante da democracia sindical. O reconhecimento do Estado passou a ser o meio da legitimidade sindical; os inspetores trabalhistas supervisionavam os assuntos sindicais e as mesas de mediação estatal; o direito à greve estava sujeito à regulação do Estado, cujos funcionários garantiam ou negavam sua legitimidade. Concebida como uma solução para a “questão social”

políticos corruptos ou conservadores que atuavam de maneira a fazer vistas grossas para a burlagem do Código do Trabalho e assegurar o controle dos empresários.

O projeto da Unidade Popular, apostando na (auto) imagem de país politicamente maduro e democrático, visava a construção do socialismo nos marcos da institucionalidade, por meio de amplas transformações estruturais na sociedade chilena. Neste âmbito o programa visava separar setores da economia em áreas de gestão diferenciada em: Área de Propriedade Social (APS), que seria controlada pelo Estado, e incluiria setores da grande mineração, os monopólios industriais estratégicos, o comércio exterior, os bancos e as grandes empresas dos setores-chave de distribuição, energia e transporte. Criaria também um setor misto composto por empresas que combinavam capitais do Estado com os particulares, e a Área de Propriedade Privada, constituída por empresas médias e pequenas.

A adoção do regime de propriedade estatal era vista pela Unidade Popular como uma solução para a concentração de riqueza e poder. Portanto, os bancos privados e as empresas de seguros que monopolizavam os créditos em benefício de reduzidos grupos financeiros também seriam nacionalizados. A UP visava, assim, transformar a estrutura econômica e social do país priorizando o seu desenvolvimento sobre o lucro privado; a planificação estatal substituiria a “irracionalidade do mercado” como mecanismo de regulação, além disso, entendia-se que o poder das políticas governamentais influenciaria o maior número de empresas que permanecessem no setor privado ou que fossem incorporadas à área mista.

No seu programa, um dos temas consensuais dizia respeito à participação popular. O tema, no entanto, não se apresentava como um projeto definido que esclarecesse a maneira como se daria essa participação; esta problemática se unia a outras questões que envolviam a etapa de transição, como o seu caráter, a sua duração e o comportamento destas forças populares no governo, e que se tornaram os principais fatores de divergência na Unidade Popular.

O que se nota no programa de governo é o plano político menos preciso do que a proposta econômica, este âmbito se apresentava como uma proposta mais anunciadora do que um projeto definido. O Programa da UP refletia a sua estratégia política de uma aliança de classes e, ao mesmo tempo, evidenciava a contradição latente entre o objetivo de longo prazo de construção de uma hegemonia dos trabalhadores, declarado no programa de

provocada pela militância de trabalhadores, o sistema chileno oferecia reconhecimento trabalhista legal em troca da regulação estatal, enquanto trocava coerção por cooptação como uma estratégia de elite de controle social. Depois de uma década de resistência e repressão, a maior parte do movimento trabalhista aceitou a troca implícita nas leis trabalhistas e começou a trabalhar com estas durante o governo da Frente Popular (WINN, 2004, p. 70).

governo e na sua intensa propaganda, e a necessidade de uma aliança com outros setores.

O programa de governo evidencia que dentro da estratégia da Unidade Popular o fator econômico tinha uma relevância essencial, tornando a formação da Área de Propriedade Social uma prioridade. Evidente também será a divergência dentro da coalizão no que se refere à forma de participação operária, divergência que se dava na raiz do projeto. No ano de 1972, a chamada crise de outubro foi a maior expressão da ofensiva da oposição. Com o apoio dos EUA, os donos de caminhões fizeram a paralisação e conseguiram, passo a passo, obter o apoio da maioria das organizações patronais e da “classe média”. O país viveu uma paralisação quase total das suas atividades, demonstrando um alto grau de organização e mobilização das organizações patronais e da classe média, em contestação aberta ao governo (AGGIO, 2002, p. 137).

Este foi um dos poucos momentos em que a esquerda conseguiu superar suas divisões, apelando à iniciativa dos trabalhadores e a sua organização em apoio ao governo, no sentido de assegurar-lhe legitimidade. Nesse contexto, os Cordões Industriais, Comandos Comuns e outras organizações populares, além da CUT, converteram-se no centro de apoio ao governo, que confiou neles para manter a produção e assegurar o abastecimento regular.

Na área econômica, era a classe trabalhadora a chamada a participar para levar a cabo as transformações necessárias para a formação de uma área de propriedade social predominante e contribuir com a melhoria da economia. Para isso, foram se estabelecendo mecanismos e canais formais de participação operária, mediante um convênio entre a CUT e o governo. Assim, a intervenção dos trabalhadores na direção das empresas se regia por uma institucionalidade e estrutura determinada. O que se pode observar no plano de participação é a formulação de uma estrutura que criava organismos consultivos e de assessoria, mais que deliberativos.

O comportamento da população em relação aos primeiros sinais de participação direta no processo denotava os primeiros sinais da lógica popular de participação, uma vez que a proposta governamental limitava a co-gestão em números e em forma. Esta lógica será verificada em manifestações de pressão popular, como nas primeiras ocupações de fábricas ou no enfrentamento cotidiano referente às relações sociais de poder e de produção, contra chefes de trabalho, representantes do governo ou líderes sindicais. A crise de outubro de 1972 foi o fato culminante para que a iniciativa popular superasse os canais institucionais de representação e de participação numa ação que se intensificaria, e se estenderia às pequenas e médias empresas, nas quais a organização sindical era mais restrita ou

inexistente, mas não a mobilização. Isso gerou uma dinâmica particular que teve sua expressão máxima na formação dos cordões industriais.

As estruturas de participação só seriam estabelecidas nas empresas da Área Social e naquelas da Área Mista em que o Estado fosse sócio majoritário, excluindo, assim, os trabalhadores das empresas privadas (em geral, pequenas e médias), que conformavam a maioria. Para os trabalhadores destas empresas, foi permitida a formação dos denominados Comitês de Vigilância, que tinham a tarefa de resguardar a produção mediante possíveis sabotagens por parte dos proprietários e o mercado negro. Mas podiam melhorar seus salários e formar sindicatos democráticos e ativos. Integraram-se somente uns 50 mil trabalhadores à área social e ao seu esquema de participação, ficando uma esmagadora maioria fora do espaço.

O que se verá em várias destas pequenas e médias empresas será a ação dos trabalhadores visando a passagem das diferentes indústrias para a área social, ou pelo menos, a intervenção do governo, para obter direitos trabalhistas e de participação que existiam na área social. A partir destes atos, a experiência chilena conhecerá uma nova dinâmica, própria dos movimentos de trabalhadores. Os dirigentes da UP já se preocupavam com a perspectiva de aprofundamento da revolução entre os trabalhadores, atentando para o aumento da pressão de baixo pela estatização das indústrias.

O anseio dos trabalhadores de passarem à área social trazia consigo o desejo de libertação da exploração e dos desmandos patronais, de se tornarem seus próprios patrões e, ainda mais significativo, de deterem o controle da produção. Na busca deste objetivo, os trabalhadores passam a se organizar e se mobilizar de diferentes formas para incluírem seus postos de trabalho no plano de estatização do governo, que estabelecia critérios, ainda que flexíveis, para a intervenção e estatização, que incluíam desde conflitos de trabalho até denúncias de boicote à produção, e claro, monopólios nacionais e estrangeiros.

Dentro deste contexto de polarização política, as ações dos trabalhadores foram adquirindo uma nova dinâmica e consciência do seu papel no processo, na medida em que buscavam a solução dos problemas mais imediatos, demonstrando o questionamento que se seguiria à estratégia do governo e a atuação da CUT. Através da sua organização de base seria buscado um caráter mais democrático àquele processo. Muitos conflitos emergiram das limitações impostas pelo modelo de participação, que se dava mais no nível consultivo, e muitas das mudanças debatidas nas fábricas percorriam um longo trâmite burocrático, e muitas vezes, não adotadas.

O que já podemos observar nos passos iniciais da pesquisa é o forte questionamento e a recusa por parte dos trabalhadores ao denominado “burocratismo” constante, não somente no âmbito da produção, mas também no nível poblacional nas suas relações com o governo. Nesse sentido, buscavam imprimir a sua dinâmica para solucionar problemas urgentes, agregando numa lógica política mais radical valores que lhes eram próprios e a práxis decorrente das suas experiências.

Nesse aspecto, o que se assiste em diversos momentos é uma tensão na sua relação com o governo, já que qualquer ação considerada fora do programa da UP (como as ocupações das fábricas) e que apresentasse o risco de enfraquecer a aliança de classes proposta pelo governo era denunciada como “irresponsável” (GAUDICHAUD, 2005, p. 89). Havia constantes embates entre os líderes comunitários e sindicais e os representantes do governo no sentido da velocidade e da intensidade das ações dos trabalhadores. Mais do que os discursos fechados vocalizados pelos partidos da esquerda, entendemos que a dinâmica de atuação dos trabalhadores ultrapassava os canais institucionais de representação, e principalmente, as orientações partidárias e sindicais. Sua ação era respaldada nos antecedentes de tradição política e de lutas dos trabalhadores. Juntamente com militantes dos partidos e dos sindicatos em contato mais estreito com os trabalhadores, a ação foi estimulada no sentido de tomar as empresas e elaborar uma participação mais efetiva.

Nota-se que as diretrizes da CUT seguiam a estratégia da Unidade Popular no sentido de garantir a ação canalizada do movimento operário, bem como a direção do movimento por suas estruturas. Seu discurso apregoava a manutenção da distinção entre o trabalhador produtor e o trabalhador gerenciador, “técnico e qualificado”, cada um cumprindo a sua função, numa hierarquia estabelecida entre Poder Executivo, Administradores Técnicos e Trabalhadores, para garantir o desenvolvimento produtivo.

O que se vê ao longo dos anos é a CUT e as Federações que a compunham focarem seus recursos e suas diretrizes em assuntos de política nacional. Era um sistema que valorizava a influência política e que tinha uma fragilidade que atava o movimento trabalhista aos partidos de esquerda. As funções da CUT giravam em torno do apoio aos partidos de esquerda e mobilizar o apoio de seus membros para as políticas e candidatos de esquerda (WINN, 2004, p.95).

Durante o governo da UP, a integração da CUT ao aparato governamental encontrou seu ponto máximo, com a entrada dos seus principais dirigentes nos postos do governo, na qual a CUT desempenharia, como afirma Gaudichaud, um papel de árbitro da luta de classes,

principalmente após a explosão social que constituiu a greve patronal de 1972, mantendo seus cargos na Central e aumentando a “anexação” da CUT à vontade governamental.

O que se pode observar neste processo é que ao mesmo tempo em que a organização sindical gerou uma estrutura hierárquica verticalizada, distante das questões do cotidiano operário, acarretou também em pequenos núcleos sindicais de representação dos trabalhadores das pequenas e médias empresas que não podiam organizar-se em sindicatos. Esta configuração de pequenos e numerosos núcleos de representação acabou por configurar sistemas legítimos de representação, uma vez que os líderes desses núcleos seguiam nas suas atividades fabris, em contato com os demais trabalhadores e com os problemas do cotidiano operário. Estes se constituíram em reconhecidas lideranças dos trabalhadores.

Diante disso, o surgimento dos Cordões Industriais, imputados de uma dinâmica distinta, imprimiu outro ritmo e outro caráter às ações dos trabalhadores, estabelecendo iniciativas para avançar no processo e se colocando, assim, contrários às proposições da CUT e do governo, ainda que para apoiá-lo e defendê-lo. A iniciativa dos cordões industriais conseguiu manter as atividades de produção, distribuição e abastecimento da população e, conseqüentemente, ainda que não na capacidade máxima, a economia nacional, demonstrando, assim, que a “independência de classe” vai muito além das ações das suas entidades que negligenciaram em diversos momentos seus reais anseios.

Os Cordões Industriais podem ser caracterizados como a organização territorial conformada por fábricas de diversos setores produtivos que visava, além da organização política, mantendo o permanente debate entre os líderes locais, as ações conjuntas para a manutenção da produção sob o controle dos trabalhadores. Muitas destas ações consistiam em troca de mercadorias e peças, na união para a venda de produtos nas poblaciones em feiras populares, na ação conjunta em tomas, atos de solidariedade em outras fábricas e ações conjuntas com pobladores. Mas o método que realmente potencializou a capacidade mobilizadora dos Cordões foi o das “tomas” de indústrias que se deu em grande quantidade. Por meio das tomas, se enfraqueceu a posição dos patrões dentro de suas próprias fábricas e aumentou as coordenações de trabalhadores. Nasceram assim os cordões de Vicuña Mackenna e Estación Central em Santiago e de Hualpencillo em Concepción, em decorrência da paralisação de outubro.

O caráter territorial consiste na própria organização dos setores industriais na cidade de Santiago, ou seja, a própria distribuição dos pólos industriais da cidade e a concentração de fábricas em locais específicos facilitavam a organização dos trabalhadores nestes setores. Esta

característica possibilitou uma vinculação efetiva, bem como a utilização estratégica da sua localização geográfica, já que muitos destes pólos se encontravam em grandes avenidas de circulação chave para a entrada e saída da cidade de Santiago. Muitas vezes, suas ações consistiam na realização de barricadas, o que lhes outorgava o controle sobre o local e garantia maior poder de pressão sobre as autoridades (SOTO, 2009, p.226).

Em geral, o estabelecimento de relações sociais distintas das vivenciadas no sistema produtivo e nas entidades representativas, especialmente a CUT, e a busca de formas alternativas de controle da produção foi a característica dos cordões industriais. O sentido comunitário e de solidariedade se fez presente nas suas ações e também nos objetivos propostos, como, por exemplo, no intuito de “produzir para os que necessitam”.

Podemos afirmar que a organização dos trabalhadores resultou não só na manutenção do funcionamento da máquina produtiva, mas numa organização de caráter político que fomentava o debate dos trabalhadores acerca do processo de mudanças e do seu papel no mesmo, abrindo caminho para o surgimento de propostas de novas formas de sociabilidade, e dando espaço para a criatividade operária, na qual se evidenciariam suas experiências cotidianas. Estas experiências se congregavam quando em cada cordão se formava uma frente comum de luta para a resolução dos problemas produtivos e comunitários, unindo operários, pobladores, estudantes e trabalhadores rurais e chegavam próximo à concretização da proposta do poder popular nos Comandos Comunales.

A integração da Central dos Trabalhadores ao governo demonstrou uma atuação conjunta em defesa do projeto da UP, mas também evidenciou uma prática histórica de distanciamento do órgão das lutas cotidianas. Longe de se encontrar numa conjuntura de crise, o momento em que a esquerda assume o poder significa a etapa de afirmação da lógica histórica de atuação deste órgão de representação. Ao mesmo tempo, o processo de construção do socialismo chileno permitiu a expressão de laços de solidariedade e de representatividade constituídos ao longo da experiência cotidiana dos trabalhadores que culminaram na formação dos cordões industriais.

Podemos afirmar que os grandes dirigentes sindicais e partidários se encontravam em franco anacronismo em relação às formas de luta que adquiriram aquele processo, uma vez que o dinamismo assumido pelas ações práticas não mais correspondiam à manutenção de uma separação entre poder político e poder econômico e às propostas burocráticas que disputavam a canalização das lutas dos trabalhadores para a manutenção das suas ações dentro da lógica governamental. Neste processo de construção de novas relações, portanto, as experiências políticas assumiram diversas

facetas, possibilitando a mobilização e organização nas fábricas que resultaram em práticas transformadoras da consciência social e das condições de trabalho.

Bibliografia

AGGIO, A. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2002.

BARRERA, Manuel. **El sindicato industrial como instrumento de lucha de la clase obrera chilena**. Universidad de Chile, Instituto de Economía y Planificación. Santiago, 1971.

GAUDICHAUD, Franck. Construyendo “Poder Popular”: el movimiento sindical, la CUT y las luchas obreras en el periodo de la Unidad Popular. In: VALLEJOS, Julio Pinto (Coord). **Cuando hicimos historia**. La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

_____. **La Central Única de Trabajadores, las luchas obreras y los Cordones Industriales en el período de la Unidad Popular en Chile (1970-1973)**. Análisis histórico crítico y Perspectiva. Santiago de Chile, mayo 2003. In: www.rebellion.org/docs/13779.pdf

SILVA, Miguel. **Los Cordones Industriales y el Socialismo Desde Abajo**. Santiago, Lazor, 1998.

SOTO, Sandra Castillo. **Cordones Industriales**. Nuevas Formas de Sociabilidad Obrera y Organización Política Popular (Chile, 1970-1973). Colección Historia Vital. Ediciones Escaparate: Concepción, 2009.

WINN, Peter. **Tejedores de la revolución**. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo. Colección Movimientos Sociales. Traducción de Verónica Huerta y Paula Salazar. Santiago: LOM Ediciones, 2004.